



-

Projeto

-

Tralhando a Inclusão na

Amplitude:

- Não há métodos diferenciados para receber estudantes.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão é direito de todos. A lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) de 1996 dedica um capítulo a educação especial, reafirmando a necessidade e a importância da matrícula das crianças especiais na escola regular. A legislação brasileira determina que todos os brasileiros possuam condições iguais de acesso e permanência na escola. Para tanto, o grande desafio é incluir esse educando e garantir que seu processo de ensino aprendizagem seja significativo e efetivo. O grande desafio em sala de aula para o professor mediador, em incluir alunos com dificuldades, não está somente em adequar conteúdos programáticos, a ação do educador vai além da construção de material. A criança na escola não é apenas uma parte que assimila informações, por isso, separá-la da totalidade (seus contextos, experiências prévias, etc.), se torna prejudicial ao seu processo de aprendizagem. Dessa forma, não há métodos diferenciados para receber estudantes nas salas de aulas.

A responsabilidade da inclusão é um processo que está sendo construído por todos, e existe já, um grande marco teórico defendido por pensadores contemporâneos, mas, precisam ser experimentados e praticados, pois são as práticas em sala de aula que permeiam possibilidades de oferecer uma educação igual a todos.

2. RESUMO DO PROJETO

O projeto “TRABALHANDO A INCLUSÃO NA AMPLITUDE: Não há métodos diferenciados para receber estudantes”, surgiu sob a relevância da dificuldade do trabalho docente em auxiliar educandos no processo de inclusão escolar. A partir do objetivo de compartilhar vivências de sala de aula e consultório Psicopedagógico, o trabalho propõe colaborar no processo inclusivo nas escolas. Através de workshop, oficinas interativas e dinâmicas, com trocas de experiências entre os profissionais, busca-se gerar possibilidades á equipe docente para a proposição de adequação curricular para alunos que apresentam patologias de ordem neurológica, superdotação ou dificuldades de aprendizagem em razão de elementos de cunho subjetivo, possibilitando-lhes a integração ao ambiente escolar e o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos com base em suas possibilidades. Bem como, sugere a elaboração de roteiros para nortear o planejamento e prática de adequações propostas.

O período do projeto aos profissionais, sendo estes, profissionais da inclusão, professores regentes, professores especialistas e outros etc..., serão definidos pela instituição solicitante.

A avaliação é prevista a partir de reuniões juntamente a equipe solicitante e docente para averiguar os resultados, e se necessário possíveis alterações no plano de ações e metas. Uma matriz de avaliação poderá ser elaborada para melhor atender as necessidades da equipe envolvida. Os orçamentos serão aferidos conforme ao que será apresentado, partindo inicialmente do número de horas do trabalho desenvolvido pela equipe proponente do projeto. Contatos de e-mail e telefônicos darão suporte ao pós-serviços prestados, com o objetivo de um trabalho efetivo e contínuo.

3. JUSTIFICATIVA

Diante de uma perspectiva inclusiva o professor tem vivenciado no dia a dia do seu trabalho grandes desafios em construir novas propostas de ensino, em atuar sob uma ótica diferente perante a turma, em facilitar o processo de ensino aprendizagem singularmente. Sendo assim, o paradigma inclusivo introduziu mudanças e novas reflexões relacionadas à função social da escola. O que motivou este projeto foi à necessidade de professores das escolas regulares, em auxiliar os estudantes no processo de inclusão, ressaltando suas inseguranças quanto ao trabalho docente, à falta de material avaliativo, bem como, a deficiência de informações teórico-metodológicas que ampare as dificuldades do atendimento pedagógico e inclua as crianças no contexto de sala de aula.

4. PÚBLICO ALVO

Profissionais da inclusão, professores regentes, professores especialistas, gestores e funcionários em geral.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivos Específicos: Para tentar elucidar questões que colocam em dúvida o ensino inclusivo e permitir clareza nesse processo, o presente projeto busca a partir de vivências no ambiente institucional, na sala de aula, e no ambiente clínico, colaborar com a atuação do professor nas escolas, diante da construção do processo de inclusão.

5.2 Objetivo Geral: Compartilhar experiências entre profissionais envolvidos no processo inclusivo de estudantes nas escolas.

6. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:

6.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - OS DESAFIOS EM SALA DE AULA: CONTEXTO HISTÓRICO E TEÓRICO.

Conforme Minghettie e Kanan (2010), no Brasil o processo histórico da Educação Especial e da Inclusão, na década de 70, se absteve ao modelo médico ou clínico, no qual a Educação Especial era direcionada ao tratamento terapêutico e toda deficiência era vista como Doença; tratadas com especialistas como, por exemplo, fisioterapeutas, psicólogos e fonoaudiólogos. A pessoa com deficiência não era apresentada ao contexto pedagógico. Já nos anos 80, o artigo 28 da Constituição Federal de 1988, salienta um novo paradigma, aparece então, o de integração das pessoas especiais que estão na mesma instituição de ensino que as pessoas “ditas normais”, mas em grupos separados, ou seja, na mesma escola, porém, em salas diferentes.

Segundo Aranha (2005), na década de 90, momento que testemunhou o início dos movimentos internacionais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, na busca da garantia do acesso de todos à escola, respeitando-se as peculiaridades de cada um, cada pessoa tem características que são somente suas e que, na verdade, as diferenciam das demais.

Bem sabemos o quanto nossos alunos são diferentes uns dos outros. Sabemos que cada um traz os conhecimentos já apreendidos, sabemos a que tipo de estratégia pedagógica cada um reage melhor, sabemos quais de nossos alunos aprendem melhor quando trabalham em grupo, ou em dupla, e quais trabalham melhor em atividades individualizadas. Sabemos de que tipo de conteúdo cada um gosta mais, bem como para que disciplina ou conteúdo cada um não mostra interesse. (...) Sabemos quando alguém está particularmente triste, sofrido, alegre, feliz... Enfim, cada um de nós foi aprendendo, no decorrer do cotidiano de nossa profissão, a conhecer e a reconhecer cada um de nossos alunos. (ARANHA, 2005, p.11).

Mittler diz que as maneiras pelas quais a escola proporciona a inclusão definem a qualidade do que o aluno vai vivenciar experimentar e significar, e que são as estratégias pedagógicas desenvolvidas em sala de aula que garantem a inclusão ou exclusão da criança na escola.

(...) inclusão e exclusão começam na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aulas que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola. As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças (MITTLER, 2003, p. 139).

De acordo com Freire (2005) em sua obra Pedagogia da Autonomia afirma que: (...) O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos 'convivam' de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras. (FREIRE, 2005, p. 58).

Já Antônio Nóvoa (2014), reitor honorário da Universidade de Lisboa e um dos maiores pensadores de educação na atualidade, a escola deve respeitar o tempo de aprendizagem de cada um, além de lhe garantir o acesso à diversidade e à pluralidade de ideias no mundo. E diz que, para isto, é de extrema importância investir na formação dos professores, que, ao mesmo tempo que formam, também são formados em sala de aula, pelo contato com a pluralidade e a diversidade de seus estudantes. Nóvoa em sua pesquisa: Para uma formação de professores construída dentro da profissão descreve quatro pontos, os quais ele acredita serem transformadores à formação de professores.

(...) 1 Prática – A formação de professores deve assumir uma forte componente prática, centrada na aprendizagem dos alunos e no estudo de casos concretos, tendo como referência o trabalho escolar.

(...) E a formação de professores continuou a ser dominada mais por referências externas do que por referências internas ao trabalho docente. Impõe-se inverter esta longa tradição, e instituir as práticas profissionais como lugar de reflexão e de formação.

(...) 2 Profissão - A formação de professores deve passar para «dentro» da profissão, isto é, deve basear-se na aquisição de uma cultura profissional, concedendo aos professores mais experientes um papel central na formação dos mais jovens. (...). Os médicos, os engenheiros ou os arquitetos têm um papel dominante na formação dos seus futuros colegas. O mesmo não se passa com os professores.

(...) 3 Pessoa - A formação de professores deve dedicar uma atenção especial às dimensões pessoais da profissão docente, trabalhando essa capacidade de relação e de comunicação que define o tacto pedagógico.

8. METODOLOGIA

8.1 Política de Desenvolvimento:

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRÁTICO -
METAS E AÇÕES - PERÍODO DE ATUAÇÃO.

□ Amparar o atendimento Pedagógico, adequando questão curricular para estudantes que apresentam patologias de ordem neurológica, superdotação ou dificuldades de aprendizagem em razão de elementos de cunho subjetivo, possibilitando-lhes a integração ao ambiente escolar e o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos com base em suas possibilidades. □ Construir novos conhecimentos e recursos diante da inclusão, que beneficiem tão os estudantes como os professores. □ Possibilitar por meio de práticas entre os educadores mais segurança, quanto ao trabalho docente. □ Workshop, □ Oficinas interativas, com elaboração e adaptações de recursos/ materiais específicos para cada aluno que necessitar. □ Realização de Dinâmicas entre o corpo docente, a fim de enriquecer os profissionais envolvidos no processo de inclusão. □ Elaboração de Roteiros de planejamento e de práticas de adequações propostos.

- Período: A definir pela Instituição.
- Condução das palestras e oficinas, elaboração e/ou edição de material de embasamento teórico, criação de padrão para a elaboração das adequações, acompanhamento e supervisão do trabalho de apoio prático.

10. AVALIAÇÃO

Avaliação é entendida como ferramenta que possibilita analisar em que medida as ações desenvolvidas estão sendo efetivas. Realizada de forma colaborativa, a avaliação permite acompanhar e aprimorar as ações desenvolvidas; construir metodologias; mensurar e comunicar resultados dos projetos em execução, corrigir rumos e planejar. Sugere-se que ela aconteça por meio de reuniões juntamente a equipe solicitante e docente para averiguar os resultados, e se necessário possíveis alterações no plano de ações e metas do desenvolvimento prático.

11. ORÇAMENTO

a. A utilização do recurso, no valor em R\$ (reais), deverá ser apresentada de acordo com os modelos de orçamento abaixo:

RUBRICAS TOTAL EM R\$

Material de consumo Custo de mão de obra – pessoa física R\$

Custo de mão de obra – pessoa jurídica R\$
outros R\$

TOTAL DO PROJETO:

b. Proponentes:

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

Caso necessário.

13. CONTATOS: Os participantes poderão esclarecer suas dúvidas consultando a página nas redes sociais facebook , por e-mail e contatos via *whatsApp* e telefone.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria S. F. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos.

Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=126056]. Acesso em: 27 de Nov. de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental: MEC/SEF, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MINGHETTIE, Lenir R. KANAN, Lilia A. **Visão Global**.

Disponível em

[<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/viewFile/968/50>].

Acesso em: 26 de Nov. 2018.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed 2003.

MONTEIRO, Adriana T. M. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Um olhar sobre o professor**. Disponível em:

[<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-85VK7H/1000000517.pdf?sequence=1em>]. Acesso em:

20 de Nov. de 2018.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente.** Disponível em:
[<https://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>].
Acesso em 25 de Nov. 2018.

NÓVOA, António. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.**
Disponível em:
[http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf].
Acesso em 12 de Nov. 2018.